Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Das redes para as ruas, das ruas para as redes: uma cartografia preliminar das plataformas net-ativistas de participação política e ação coletiva na América Latina

Maria de Lourdes Silva de Oliveira
Mestranda em Mudança Social e Participação Política
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Resumo: Tendo como locus o ativismo que nasce nas plataformas digitais interativas e redes sociais tradicionais (Facebook, Twitter, Youtube etc.), se desloca para as ruas e se ressignifica nas redes, a ação net-ativista traz para o primeiro plano do cenário político do século XXI uma nova forma de atuação social e política. Trata-se de uma ação deslocada da disputa pelo poder, que funda entre humanos, redes digitais e meio ambiente uma relação ecológica transformadora, baseada no "comum". O net-ativismo é hoje uma das peças-chave da ação coletiva de jovens e dos movimentos políticos emergentes. Este artigo apresenta um estudo exploratório sobre a prática ativista das plataformas digitais de participação social em ascensão na América Latina - Rede Nossas Cidades, no Brasil, e Democracia en rede/DemocracyOS, na Argentina - e suas conexões com a concretização de uma rede de redes global que busca estabelecer um novo fazer político.

Palavras-chave: net-ativismo, plataformas digitais, participação social

Resumo: Tiendo el locus en el activismo nacido en plataformas digitales interactivas y redes sociales tradicionales (Facebook, Twitter, YouTube, etc.), se traslada a las calles y se replantea las redes, la acción net-activista pone en primer plano de la escena política del siglo XXI una nueva forma de acción política y social. Esta es una acción desplazada de la lucha por el poder y que establece una relación ecológica transformadora entre los seres humanos, las redes digitales y medio ambiente basado en "procomún". El net-activismo es ahora una de las piezas clave de la acción colectiva de los jóvenes y de los movimientos políticos emergentes. En este artículo se presenta un estudio exploratorio de la práctica activista de las plataformas digitales para la participación social en América Latina – Rede Nossas Cidades en Brasil y Democracia en red / DemocracyOS en Argentina - y sus conexiones con la implementación de una red mundial de redes que busca establecer una nueva práctica política.

Palabras clave: net-activismo, plataformas digitales, participación social

Introdução

A comunicação sempre esteve estreitamente ligada às mudanças na organização política e econômica da sociedade, tanto do ponto de vista do desenvolvimento de sua infraestrutura quanto de suas tecnologias intelectuais: escrita e fundação dos Estados burocráticos e da administração econômica centralizada; alfabeto

ISBN: 978-85-7205-159-0

grego e aparecimento da moeda, da cidade antiga e, principalmente, da democracia; imprensa, formação da opinião pública, a partir da circulação massiva de livros e jornais, e Revolução Industrial; mídia audiovisual de massa e surgimento da sociedade do espetáculo e da publicidade (LEVY, 2000). Nos últimos 40 anos, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm operando, a par o desenvolvimento e consolidação do capitalismo financeiro globalizado e de novas formas de trabalho, uma transformação cultural que impacta diretamente na organização das relações de poder na sociedade. Tendo as redes digitais como um de seus elementos estruturantes, um novo fazer político brota da sociedade em rede, dando origem a movimentos contestatórios, que se espalham pelos continentes, ou a estruturas de participação democrática direta nos destinos de cidades e países. Di Felice situa a revolução digital como "a última revolução comunicativa", que:

> (...) alterou, pela primeira vez na história da humanidade, a própria arquitetura do processo informativo, realizando a substituição da forma frontal de repasse de informações (teatro, livro, imprensa, cinema, TV), por aquela reticular, tecnologicamente interativa e colaborativa. Surge, portanto, não somente uma nova forma de interação, consequência de uma inovação tecnológica que altera o modo de comunicar e seus significados, mas também os pressupostos e as características de uma nova arquitetura social que estimula inéditas práticas interativas entre nós e as tecnologias de informação (DI FELICE, 2012, p. 16).

Do Movimento Zapatista de Chiapas, no México, em meados dos anos 90 do século passado, que usava telefone via satélite e internet, até a ocupação de escolas estaduais de São Paulo em 2015, por parte dos estudantes secundaristas, passando pela Primavera Árabe, o 15M/Indignados na Espanha, Occupy Wall Street, Yo Soy 132 no México e as Jornadas de Junho no Brasil, pode-se dizer que os mais significativos movimentos reivindicatórios, de contrapoder ou de enfrentamento do capital desta virada de século foram gestados na internet ou tiveram as redes digitais como um de seus pilares, não apenas como mais uma ferramenta de comunicação, mas como condição essencial para existirem e se multiplicarem. Aí incluídas todas as tecnologias e canais – email, redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube, Instagram etc.), sites, SMS, aplicativos de mensagens, fóruns de debates etc. Trata-se de ações que se originam nas redes e continuam nas ruas das cidades – ou vice-versa -, onde são filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas online, mantendo seu caráter informativo-digital. São ações desvinculadas de partidos políticos, ideologias e governos e operadas de forma horizontal, sem lideranças e hierarquias (DI FELICE, 2013).

Embora em ritmo menos ágil do que em sua atuação na transformação do ativismo político em redes de indignação e esperança, como as chamou Castells (2013), as TICs paulatinamente começaram a pressionar

ISBN: 978-85-7205-159-0

por reformas pontuais nos sistemas da democracia representativa ocidental, abrindo canais de participação direta dos cidadãos em torno de causas de interesse de grupos sociais (comunidades de interesse) ou da formulação de políticas públicas, tanto em nível governamental como no parlamento. E as possibilidades daí decorrentes são imensas e em diferentes níveis de aprofundamento do debate e das decisões. Vão desde a promulgação da primeira constituição participativa na Islândia, em 2012, debatida pelas redes sociais (Youtube, Facebook, Twitter e Flickr) diante de uma crise sem precedentes no sistema representativo local, até as plataformas de petição online, como Avaaz e Change.org[1], nas quais qualquer pessoa pode criar ou aderir a uma causa e recolher assinaturas para pressionar alguma instância em torno dela – por exemplo, um abaixo assinado contra a liberação do uso de agrotóxicos no Brasil ou contra a caça de elefantes na África Central. Relevante têm sido também o crescimento dos governos eletrônicos (e-government), que já em 1994 dava seus primeiros passos com a Cidade Digital de Amsterdã (De Digitale Stad), que permitiu acesso, via redes digitais, a documentos municipais para que as pessoas pudessem tomar conhecimento das deliberações dos conselhos locais e também expressar sua opinião.

Na América Latina, tanto os grupos ativistas quanto a participação política via plataformas digitais e o e-government registram presença ascendente, mesmo que ainda impactada pelas enormes desigualdades econômicas e sociais do continente. Embora apenas uma média de 43,4% das residências tivessem a acesso à internet em 2015, a banda larga móvel vem experimentando crescimentos notáveis em boa parte dos países – cresceu 4 mil por cento no Peru entre 2010 e 2015, por exemplo. No Brasil, já chega a 88,6% da população. Na média, o acesso à internet no continente chegou a 54,4% dos cidadãos, 20% a mais daquele verificado em 2010 (CEPAL, 2016)[2]. Tal avanço contribui fortemente para o fortalecimento da democracia digital. A ONG brasileira Update mapeou, em 2016, a existência de cerca de 700 iniciativas, em 21 países, de mobilização e participação política direta propiciadas pelas redes ou tendo a internet como estruturante de sua ação. Na área de governo aberto, por exemplo, foram encontrados 17 hubs de inovação política, incluindo cidades, países e

[1] Disponíveis em www.avaaz.org e www.change.org. Acesso em 20/09/16.
[2] O estudo realizado em todos os países do continente comparou o acesso em 2015 com aquele verificado em 2010. Disponível em http://bit.ly/2cUoYQ8. Acesso em 26/09/2016

ISBN: 978-85-7205-159-0

parlamentos. Chegam a 151 as ONGS que trabalham na promoção da participação e a 41 as alianças, redes e parcerias em prol dos mesmos objetivos[3].

Na busca de aprofundar o conhecimento sobre este novo fazer político, este artigo apresenta um estudo preliminar sobre duas iniciativas que vêm se destacando na América Latina e atuam em campos distintos – e complementares - do espectro de democracia direta. A brasileira Rede Nossas Cidades é uma ONG de pressão por políticas públicas de interesse dos cidadãos. Já a argentina DemocracyOS, operada pela Fundação Democracia en Red, cria e administra canais de participação direta em temas propostos pelos governos, parlamentos ou partidos, sempre no intuito de debater ou aconselhar estas instâncias nas decisões a tomar.

Espaços de autonomia

Antes de apresentarmos as duas plataformas, é necessário situar o locus onde se dá sua atuação: a esfera pública digital que se instaurou a partir da revolução das TICs. A esfera pública foi primeiro definida, pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, como o fórum em que o público privado reúne-se para discutir e deliberar sobre assuntos de interesse público ou comum. Público este que é o portador da opinião pública, que só se forma integralmente em ambiente de plena liberdade de informação, no caso protagonizada, de um lado, pelos governos e sua publicidade e, de outro, pela mídia burguesa (HABERMAS, 2014). Elaborado a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo durante a Revolução Industrial, e na formação da sociedade burguesa, o conceito inicial, que data de 1962 e que enfrenta críticas até hoje por encobrir o fator de dominação nele presente, acabou sendo aperfeiçoado pelo próprio Habermas anos mais tarde:

> A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Da mesma forma que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural (HABERMAS, 1997, V2, p.80).

[3] O levantamento foi realizado durante 10 meses e incluiu, Segundo a ONG, iniciativas que atuam em temas relacionados à redução da distância entre sociedade civil e poder público - participação cidadã, transparência, controle social, cultura política, mídia independente e governo 2.0. http://updatepolitics.cc/. Acesso em 25/09/2016

ISBN: 978-85-7205-159-0

Segundo Habermas, nas sociedades complexas, a esfera pública constitui-se numa estrutura de mediação e controle entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida de outro lado. Nestes contextos, a esfera pública funciona como uma rede de "arenas" que se sobrepõem umas às outras e que se articulam com base em temas, círculos políticos e opiniões, que, mesmo especializadas, devem ser acessíveis a todos os públicos. O filósofo alemão insere aí três tipos de esfera pública: a episódica, formada por bares, cafés, encontros na rua; a de presença organizada, como reunião de pais, espectadores de teatro ou de concertos de rock, reuniões de partido ou congressos de igrejas; e por fim a esfera pública abstrata, constituída pelos leitores, ouvintes e espectadores singulares da mídia e espalhados pelo mundo (HABERMAS, 1997). Apesar destes tipos terem sido concebidos no início da década de 90, quando a rede mundial de computadores já dava seus primeiros passos, o filósofo não abordou a emergência de uma esfera pública digital, onde não só os três tipos se encontram como, principalmente, o poder da mídia de definir os temas e as mensagens que o público deve debater começa a ser subvertido. O sociólogo espanhol Manuel Castells avança neste sentido. Primeiro, conceitua como espaço público a arena onde os embates entre o poder e o contrapoder (os movimentos sociais) se dão, "o espaço da interação significativa da sociedade, onde ideias e valores são formados, transmitidos, apoiados e resistidos; espaço que, em última instância, se torna o campo de treinamento para ação e reação" (CASTELLS, 2015, p. 355). E neste espaço, o que ele chama de "autocomunicação de massa" tira a supremacia e o controle absoluto da mídia corporativa (jornal, rádio, TV e revista) sobre aquilo que o público deve conhecer e discutir, abrindo oportunidades para a autonomia dos cidadãos e a entrada dos movimentos e da política insurgente no espaço público a partir de múltiplas fontes. A comunicação deixa de ser de um para muitos, de disseminação de informações e mensagens de uma fonte que determina o que e como todos devem pensar. As redes digitais permitem o diálogo, a troca, abrindo espaço para que todos se comuniquem com todos, para a formação de comunidades de interesse em torno de temas e desejos comuns.

As perspectivas que se abrem para a democracia, neste início de século, a partir da revolução das TICs, decorrem do entendimento das redes digitais como meios e instrumentos essenciais para a participação política. Não se aborda aqui a internet apenas como um conjunto de ferramentas de comunicação, a substituição de uma tecnologia por outra – troca de panfleto por email ou telefone por Skype, por exemplo, embora mesmo aí já se tenha uma perspectiva mais ampla de conexão, interação e diálogo. O que se

ISBN: 978-85-7205-159-0

apresenta são as redes como facilitadoras do debate e da tomada de decisão, como canais que por si só imprimem algum tipo de agência nos atos políticos. Temos aí a possibilidade de uma "democracia em tempo real", conforme o entendimento de Pierre Levy, em que os cidadãos e movimentos sociais ganham voz para debater a vida coletiva, expressar suas opiniões abertamente e decidir em conjunto.

> Desse modo, reiteramos que a identidade política efetiva de um indivíduo não se marca mais pelo fato de ele pertencer a uma categoria, mas por uma distribuição singular e provisória no espaço aberto dos problemas, das posições e dos argumentos, espaço que cada um contribui para formar e reformar em tempo real. Maiorias e minorias devem doravante ser declinadas no plural, pois não se referem mais a um programa de governo molar, mas a problemas emergentes e, em maior ou menor medida, persistentes. As maiorias só se formam sobre questões específicas, a partir de verdadeiras elaborações coletivas. As minorias têm a possibilidade de experimentar suas concepções, uma vez que seus projetos não colocam em xeque o funcionamento da democracia em tempo real, pois permitem a exploração de soluções alternativas aos problemas da cidade (LEVY, 2000, p. 71).

Em busca do comum

A formação das maiorias e as elaborações coletivas de que fala Levy se inserem naquilo que vem se constituindo como o fator de união dos cidadãos ou diferentes grupos de pessoas e movimentos autônomos no tempo e no espaço da sociedade em rede, o espaço dos fluxos – virtual e real simultaneamente: o bem comum ou, simplesmente, o comum. Commons, em inglês, ou procomún, em espanhol, o conceito de comum embute, primeiro, a riqueza material derivada da natureza, como a água, o ar, os frutos da terra, que inicialmente pertence a todos e por todos deve ser explorada e usufruída de forma compartilhada, conforme o conceito desenvolvido pela economista americana Elinor Ostrom, no clássico **Governing the Commons**, que lhe rendeu o Nobel de Economia, ao lado de Oliver Williamson, em 2009. Comum é aquilo que não é público nem privado. Mas o comum também é, no entendimento de Hardt e Negri, os saberes, as linguagens, os códigos, a informação, os afetos etc., ou seja, aquilo que é necessário para a interação social e a vida em comum junto à natureza (HARDT E NEGRI, 2011). O comum reúne, assim, tanto os bens materiais que devem ser usufruídos por todos, como o abastecimento de água, as áreas verdes e os recursos para saúde e educação decorrente do esforço coletivo de uma sociedade via pagamento de impostos, quanto as subjetividades da luta por estes direitos ou contra aqueles que o ameaçam (a destruição de um parque, um

ISBN: 978-85-7205-159-0

projeto de privatização do ensino básico, o sistema financeiro internacional), o encontro das pessoas em torno de causas específicas, locais ou globais, glocais[4].

Ainda que a privatização de recursos e riquezas permaneça essencial para a manutenção do sistema capitalista financeiro, na Era da Informação o comum também é inerente à nova forma de produção. Em uma sociedade em rede, na qual os resultados da produção capitalista tornam-se cada vez mais relações sociais em formas de vida, preponderam, além do trabalho imaterial, a feminização da mão de obra (jornadas mais flexíveis e tarefas afetivas, emocionais e relacionais), a imigração e a mescla social. A própria inovação tecnológica nascida do capital, especialmente a internet, exige códigos abertos, informações comuns, amplas conexões e interatividade. Seria este, na visão de Hardt e Negri, um período de transição na produção capitalista, que se transformou biopolítica – seus resultados são mais relações sociais e formas de vida. O comum torna-se, deste modo, ao mesmo tempo ponto de partida e ponto de chegada, na medida em que a riqueza que da comunidade brota — linguagens, escritas, criações coletivas e a produção imaterial em geral — é também a riqueza comum posta para circular (HARDT E NEGRI, 2011). A partir do conceito clássico de Michel Foucault, que coloca mais em evidência os regimes disciplinares, os autores entendem que biopolítica seria aqui melhor aplicada como resistência, a "produção alternativa de subjetividade, que não somente resiste ao poder, mas que também busca autonomia em relação a este" (HARDT E NEGRI, 2010, p. 71,)[5].

Tomando as cidades de assalto

A participação nos destinos das cidades, especialmente das metrópole, e a definição do quê é melhor para seus moradores têm se constituído em um dos principais motes do agir político neste milênio. Vivemos a época de cidades rebeldes. Hardt e Negri acreditam que as metrópoles tornaram-se biopolíticas na mesma medida em que a produção capitalista se tornou biopoder . E isso porque, na metrópole, a produção do comum se dá de forma mais intensa e direta, em práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais. Mas não só. O "espectro" do comum ronda a cidade naquilo que esta tem de mais valioso

[4] "O glocal equivale a um entrelaçamento sociotécnico homeostático, obliterado e irreversível entre o contexto concreto do exercício da experiência cotidiana (ponto de acesso, recepção, retransmissão, irradiação comunicativa) e o universo áudio/visual das redes em tempo real, em âmbito regional, nacional ou internacional" (TRIVINHO, 2012, p. 13)

[5] Tradução nossa: "… producción alternativa de subjetividad, que no solo resiste al poder, sino que también busca autonomía respecto a éste."

ISBN: 978-85-7205-159-0

para o capital: os bens imobiliários e suas localizações, os serviços e facilidades oferecidos – parques, sistema de transporte, comércio, escolas etc. – e os atributos negativos de determinada região – violência, poluição sonora e do ar, trânsito etc (HARDT E NEGRI, 2010, pp.166-167).

A dualidade do que os autores chamam de "externalidades" positivas e negativas do comum fundam as metrópoles e abrem caminho para que estas se tornem o palco de encontros e de organização política. Hardt e Negri não ignoram que a segregação econômica, o racismo, a violência etc. são aparatos de controle que corrompem o comum e barram os encontros felizes que poderiam fazê-lo desabrochar. E é por isso que a metrópole, assim como as fábricas no século XX, torna-se a sede dos antagonismos e da rebelião (HARDT E NEGRI, 2010, p.184).

Foi neste contexto que surgiu, em 2011, a Rede Nossas Cidades[6], inicialmente Meu Rio, uma iniciativa de jovens locais em defesa de uma cidade mais inclusiva e democrática. Em 2015, a partir de um curso de formação de ativistas, foi criada a Minha Sampa, focada nos problemas da cidade de São Paulo. Hoje, a rede conecta 10 cidades de oito estados[7], mobilizando mais de 350 mil pessoas para as causas locais, na maioria voltadas para a construção de cidades mais justas, inclusivas, sustentáveis e agradáveis de viver. No total, as plataformas e suas respectivas redes sociais (Facebook e Twitter) já lideraram ou participaram, ao lado de outros grupos ativistas e de cidadãos, de 693 mobilizações, algumas delas vitoriosas e que se tornaram modelos da ação desenvolvida. Desde sua fundação, a Nossas Cidades vêm sendo financiada por fundraising e crowdfunding (12 pessoas físicas contribuem mensalmente, como parte de uma campanha de doação em andamento)[8].

Ao contrário das plataformas de petição (Avaaz e Change), Nossas Cidades não se limita a iniciar campanhas sugeridas por seus seguidores ou abri-las por conta própria e deixá-las correr virtualmente. A ONG age, em cada cidade, mobilizando as comunidades de interesse e desenvolvendo ações que começam nas redes e se complementam com atos públicos, eventos e até contatos com parlamentares e autoridades para apresentar a causa e mostrar o grau de interesse/mobilização da sociedade em torno desta. Uma pesquisa realizada pela Minha Sampa com os usuários da plataforma indicou que esta é vista por 43% dos cadastrados

[6] Site disponível em http://www.fundadores.nossas.org/. Acesso em 26/09/16.
[7] Meu Rio, Minha Sampa e Minha Campinas (SP), Meu Recife (PE), Minha Porto Alegre (RS), Minha Garopaba e Meu Blumenau (SC), Minha Jampa (PB), Ouro Preto (MG) e Meu Oiapoque (AP).
[8] Informações levantadas junto aos integrantes da Rede em 01/09/16.

ISBN: 978-85-7205-159-0

como uma "ONG que trabalha online e offline para fazer as mobilizações acontecerem", enquanto 42% consideram que se trata de "milhares de pessoas em rede, usando tecnologia para se auto-organizarem". Apenas 13% a encaram como uma "plataforma de petições online" e 2% não sabem dizer[9]. Os temas que mais os movem são educação, direitos humanos, meio ambiente, corrupção e transparência, cultura, mobilidade e saúde. 68% gostariam de contribuir participando das ações online, 54% compartilhando ações e informações nas redes sociais e 47%, participando presencialmente de atos e manifestações.

Tela de abertura do site da Minha Sampa e exemplos de mobilizações

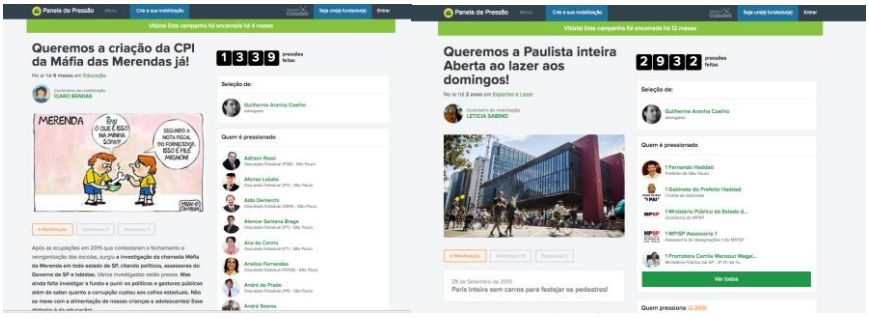
A Minha Sampa[10], com 140 mil cadastrados e cerca de 20 mil permanentemente participando das campanhas, é hoje a face mais visível da plataforma e que congrega algumas das vitórias mais importantes ou ações de grande repercussão mediática. Um dos exemplos foi a campanha, desenvolvida em apoio aos estudantes, pela abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para investigar desvios de verbas da merenda das escolas de segundo grau. O site criou um canal específico na área chamada "Panela de Pressão[11], de onde podem ser enviados automaticamente emails aos parlamentes e são fornecidos telefones para quem quiser fazer contato direto com estes. Foram 1.339 pressões diretas feitas durante 15 dias pelos usuários do site e 21.279 assinaturas em uma petição pública entregue aos deputados. O assunto foi tema diário de cards no Facebook do Minha Sampa[12], organizou-se um ato público em apoio aos estudantes

[9] Pesquisa realizada no primeiro semestre de 2016, com 440 usuários da plataforma de todas as regiões da cidade, 94% deles maiores de 19 anos.
[10] Disponível em https://www.minhasampa.org.br/#block-1786. Acesso em 26/09/16.
[11] Canal Panela de Pressão com a campanha, disponível em http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/923. Acesso em 26/09/16.
[12] Disponível em www.facebook.com/minhasampa. Acesso em 26/09/16.

ISBN: 978-85-7205-159-0

que acamparam na Assembleia Legislativa e gravou-se um vídeo de artistas para ser usado como mobilização do público e formação de opinião junto aos deputados[13].

Outra ação vitoriosa foi a que conquistou o fechamento da Avenida Paulista aos carros nos domingos, tornando a principal avenida de São Paulo um dos espaços de lazer mais importantes da cidade. Inicialmente em parceria com a ONG SampaPé, aos poucos a campanha ganhou a adesão de outros coletivos que se mobilizam em torno do direto à cidade. Paralelamente a reuniões com a Prefeitura e atos colhendo abaixo-assinado na própria avenida, aos domingos, foram enviados 2.359 emails para o prefeito e representantes do Ministério Público.



Mobilização pela criação da CPI da Merenda e da abertura da Avenida Paulista, ambas em São Paulo

As campanhas podem ser criadas diretamente pelos interessados e, se adotadas pela ONG, ganham apoio para definição de estratégias, divulgação e, se for o caso, ações offline. Mesmo que a ONG não encampe a campanha, esta pode ser feita pelo usuário com os recursos disponíveis online – envio de emails àqueles que se quer pressionar, compartilhamento nas redes sociais e email de agradecimento aos participantes, convidando-os a ampliar a mobilização. Mas todas devem respeitar os princípios da plataforma: apartidarismo, pacifismo, respeito aos direitos humanos e embasamento (informação correta e com fontes adequadas). Algumas delas ganham apoio de milhares de pessoas e até destaque na mídia. Outras articulam algumas centenas e giram em torno de problemas de interesse de um grupo pequeno de pessoas. E muitas delas também não conseguem a adesão de mais do que um punhado de pessoas, sem avançar. Na síntese, a plataforma está no ar à disposição daqueles que procuram experimentar novas formas de fazer política.

[13] Resultados da campanha disponíveis em http://www.cpidamerenda.minhasampa.org.br/#block-1466 . Acesso em 26/09/16

ISBN: 978-85-7205-159-0

Hackeando a democracia representativa

O mesmo comum que move os movimentos net-ativistas e as pessoas conectadas às plataformas como a Rede Nossas Cidades conduz os cidadãos a experimentar os canais de democracia direta abertos por governos, partidos e parlamentos. Norberto Bobbio já apontava, no início da década de 80, a existência de um debate vigoroso sobre a necessidade de a democracia representativa incorporar ou mesmo ser substituída por dispositivos de democracia direta, mas naquela época ele próprio não a considerava viável.

> Tal exigência não é nova: já a havia feito, como se sabe, o pai da democracia moderna, Jean-Jacques Rousseau, quando afirmou que "a soberania não pode ser representada" e, portanto, "o povo inglês acredita ser livre mas se engana redondamente; só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez eleitos estes, ele volta a ser escravo, não é mais nada". Rousseau entretanto também estava convencido de que "uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá", pois requer muitas condições difíceis de serem reunidas. Em primeiro lugar um estado muito pequeno, "no qual ao povo seja fácil reunir-se e cada cidadão possa facilmente conhecer todos os demais (...) (BOBBIO, 1997, p. 10).

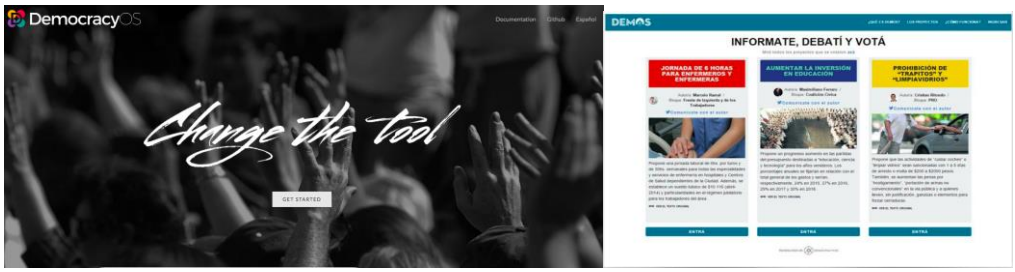
O desenvolvimento das TICs e o aprofundamento da crise de representatividade – a democracia não mudou desde então – não só ampliou este debate como inaugurou, a partir dos anos 90, efetivas possibilidades de uma nova prática democrática, ainda que não se possa afirmar se contradizendo ou não a previsão de Bobbio. O professor Wilson Gomes acredita que estamos, sim, diante de “um caminho sem volta” neste campo e que é preciso apenas que as novas modalidades de consulta popular e participação política se tornem efetivas na definição das políticas públicas, tornando estas um instrumento excelente “para quebrar a bruxaria que mantém o público numa condição de passividade no processo político” (GOMES, 2005, p. 17):

> A interação política é, neste sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público, como eleitor mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos. Além disso, se a interação é capaz, pelo menos em princípio, de levar os agentes públicos a alterarem as suas posições políticas para melhor ajustá-las à disposição do público, é também, por consequência, capaz de produzir um feito igualmente importante na cultura política, pois contribui ao mesmo tempo para recompor a sensação de efetividade política da esfera civil e para produzir o sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e pelas suas ações referentes aos negócios de interesse público (GOMES, 2005, p. 17).

ISBN: 978-85-7205-159-0

É com estas convicções que a Democracia en Red, uma ONG argentina, vem trabalhando desde 2011, quando um grupo de jovens educadores, comunicadores, artistas e programadores resolveu se juntar para trabalhar pela "atualização" do sistema de governo. Este encontro resultou no desenvolvimento de uma ferramenta com o propósito de dar voz a todos os cidadãos sem necessitar de intermediários. Nasceu aí DemocracyOS[14], uma plataforma de participação política que permite consultas e debates online e que já foi utilizada por vários coletivos, partidos políticos, parlamentares e instâncias do Estado na América Latina, Estados Unidos, França e Espanha, entre outros. Desenvolvida em código aberto, com plataforma para desenvolvedores aprimorá-la[15], a ferramenta permite que qualquer pessoa abra discussões públicas ou para grupos fechados, modere os debates, recolha contribuições e avalie os resultados.

Na Argentina, a plataforma foi usada pela primeira vez para um projeto em parceria com a Legislatura Porteña (parlamento de Buenos Aires) com o objetivo de introduzir novos mecanismos de participação cidadã e, assim, criar mais consciência cívica na população. No ar nos meses de novembro e dezembro de 2011, a consulta pelo site **demos.legislatura.gov.ar**[16] teve a participação de 13.289 moradores de Buenos Aires que selecionaram os projetos em andamento na Legislatura que mais lhe interessavam, a partir de uma lista de 16 iniciativas de 12 diferentes áreas. Os 3 melhores qualificados – jornada de trabalho de seis horas para enfermeiros, aumento do investimento em educação e proibição de "trapitos" e "limpiavidrios", os flanelinhas brasileiros - foram, então, colocados em debate, do qual participaram ativamente 1.753 cidadãos. Durante o processo de consulta, a campanha foi amplamente divulgada e comentada no Twitter, que serviu de canal multiplicador do debate.



Tela da página principal do site da DemocracyOS e tela de entrada para o debate no Demos.

[14] Disponível em http://democracyos.org/. Acesso em 29/09/16.

[15] A troca de informações entre programadores se dá no site GitHub, um serviço de web hosting compartilhado para projetos. Disponível em https://github.com/DemocracyOS/democracyos. Acesso em 29/09/16.

[16] O site não está mais disponível na internet. Todas as informações foram extraídas de um documento de balanço fornecido pela Fundación Democracia en Red.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Em setembro de 2016, quando da elaboração deste artigo, a plataforma estava ativa em duas consultas em nível nacional, uma na Argentina e outra no Peru. Na Argentina, a Presidência do país lançou um espaço de consulta pública, iniciando o canal com o debate sobre o Compromiso por la Educación, uma espécie de plano nacional que apresenta os desafios para os próximos anos, chamado de Declaración de Purmamarca[17]. Aberta para ouvir a população durante os meses de julho, agosto e setembro de 2016, a plataforma validou o cadastro de 1.346 usuários, mas foi visitada por mais de 8 mil pessoas, em uma média inicial de 520 visitas por dia. Um de cada dois usuários cadastrados deixou contribuições escritas e comentários sobre o plano.

Telas de abertura da plataforma nacional e da consulta sobre educação

Já no Peru, a Asociación Civil Transparencia colocou em debate, em setembro de 2016, o Plan 32, um conjunto de 32 propostas para fortalecer e melhorar a democracia no país, incluindo administração pública, poder judiciário, Congresso e sistema eleitoral. Transformado em projeto de lei e a apresentado ao Congresso e à Presidência do Conselho de Ministros, o Plan 32 busca o respaldo da população, mediante a ampla divulgação das medidas e coleta de assinaturas que serão entregues aos parlamentares e ao governo, como forma de pressão[18].

Tela de apresentação do Plan 32 e de assinatura do projeto

[17] Disponível em https://www.argentina.gob.ar/compromisoporlaeducacion/. Acesso em 10/09/2016.
[18] Disponível em https://plan32.pe/que-es. Acessado em 29/09/16.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Conclusão

Os exemplos aqui apresentados indicam que, a despeito de todos os desafios vividos pelo continente do ponto de vista político, econômico e social, uma nova esfera pública está sendo posta em marcha a partir dos recursos trazidos pelas TICs. Tanto por este ainda ser um início de cartografia para melhor verificarmos o que se dá na prática nos diferentes países como por estarmos diante de novos paradigmas do fazer político, acreditamos que se torna imperativo aprofundar os referenciais teóricos regionais para fazer frente a esta nova realidade, procedimento que deve ser seguido com os estudos empíricos que lhe dê sustentação. Neste processo de avaliação dos projetos-piloto, o professor Wilson Gomes alerta que, para a democracia, neste momento, mais importante do que a participação de uma grande massa de cidadãos é a construção de canais e oportunidades ao alcance de todos e o fortalecimento, via tecnologias digitais, de instituições do governo representativo destinadas a evitar que o sistema e seus governantes tomem o poder do Estado em prejuízo da soberania popular (GOMES, 2005, p. 41). Estamos diante, portanto, de um processo em gestação, como nos ensina Castells:

> Redes horizontais multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam sentimento de unidade; isso é importante porque é através da unidade que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Unidade não é o mesmo que comunidade, uma vez que esta última implica um conjunto de valores comuns, que, dentro do movimento, é algo que está em processo, já que a maior parte dos participantes chega com seus próprios objetivos e motivações e, então, partem para descobrir o potencial comum na prática do movimento. Dessa forma, a comunidade é um objetivo a se alcançar, enquanto unidade é o ponto de partida e a fonte de empoderamento: *Juntas podemos* (CASTELLS, 2015).

Referenciais bibliográficos

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

_____. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, Kindle Edition.

DI FELICE, Massimo; LEMOS, Ronaldo. **A vida em rede**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

ISBN: 978-85-7205-159-0

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. São Paulo: **Revista Matrizes**, Ano 7, número 2, julho/dezembro 2013.

DI FELICE, Massimo; TORRES, Juliana C.; YANAZE, Leandro K. H.. **Redes digitais e sustentabilidade:** as interações com o meio ambiente na era da informação (Coleção Atopos). São Paulo: Annablume, 2012.

GOMES, Wilson. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In orgs. GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e Participação Política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

LEVY, PIERRE. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons** – The evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRIVINHO, Eugênio. Glocal – **Visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real**. São Paulo: Annablume, 2012.

CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Estado de la banda ancha en America Latina y el Caribe 2016. Disponível em http://bit.ly/2cUoYQ8. Acesso em 26/09/2016.

UPDATE. A democracia na América Latina no século XXI. Disponível em http://updatepolitics.cc/. Acesso em 25/09/2016.